



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000411-82.2009.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Direitos e Títulos de Crédito**
 Requerente: **Centro Automotivo das Hortênsias Ltda Epp**
 Requerido: **Aster Petróleo Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

CENTRO AUTOMOTIVO DAS HORTÊNSIAS LTDA EPP, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de Aster Petróleo Ltda, também qualificada, alegando que a ré teria emitido três (03) duplicatas sem lastro comercial, sendo elas a duplicata mercantil nº 17.684 em 14 de novembro de 2008 pelo valor de R\$ 4.170,00 com vencimento para 24 de novembro de 2008, a duplicata mercantil nº 17.581 em 13 de novembro de 2008 pelo valor de R\$ 4.168,00 com vencimento para 23 de novembro de 2008; e a duplicata mercantil nº 17.498 em 12 de novembro de 2008 pelo valor de R\$ 4.170,00 com vencimento para 22 de novembro de 2008, as quais não têm aceite, de modo que reclamou a declaração de inexigibilidade do débito a ela referentes bem como a decretação da nulidade dos títulos.

Pelas mesmas razões a autora ajuizou duas (02) ações cautelares de sustação de protesto, autos em apenso nº 2.173/08 e nº 2.143/08, nas quais deferida a liminar para sustação dos protestos sob a condição de prestação de caução, não atendidas pela autora, de modo que as liminares acabaram revogadas, vindo a autora a desistir das demandas em seguida, o que, à vista da não citação da ré, foi homologado por este Juízo.

Não obtida conciliação em audiência preliminar, a ré contestou o pedido sustentando que os negócios comerciais existiram e juntou notas fiscais e comprovantes de entrega de mercadorias, concluindo assim pela improcedência da ação e formulando, no ensejo, pedido contraposto de que seja a autora condenada como litigante de má-fé, porquanto já tenha havido reconvenção para cobrança do valor dessas duplicatas perante o Juízo da 4ª Vara Cível de São Carlos.

A autora replicou afirmando que os recebimentos nas notas fiscais constam firmados como meros “rabiscos” (sic.), de modo que admitiu-se à ré comprovar essa entrega, sendo o feito instruído com o depoimento pessoal do representante da autora e com o depoimento de uma (01) testemunha da autora e uma (01) da ré.

É o relatório.

Decido.

Conforme já antes apontado nestes autos, as assinaturas lançadas nos comprovantes de entrega das mercadorias (canhotos) juntados às fls. 150, 325 e 326 destes autos pertencem à pessoa do Sr. *Washington Januário de Laia*, pessoa que, segundo afirmado pelo gerente da autora, Sr. *Paulo Henrique da Silva*, em depoimento pessoal prestado a este Juízo, era o “gerente do posto” (sic.) e, portanto, a pessoa encarregada de recebimento da mercadoria no estabelecimento da empresa autora (fls. 419).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A pessoa do Sr. *Washington Januário de Laia* havia sido arrolada como testemunha pela autora para comparecimento independentemente de intimação (*leia-se às fls. 375*).

Na data da audiência, contudo, a testemunha não foi trazida, tendo a autora desistido justamente do depoimento dessa pessoa que figura como testemunha chave para solução da controvérsia.

Não se olvida que o gerente *Paulo Henrique* tenha buscado justificar que as relações comerciais com a ré se deram até setembro de 2008 e que “a nota fiscal de fls. 150 refere-se a período posterior” (fls. 419).

Essa questão de datas, contudo, não se sustenta frente à confissão que ele próprio, representando a autora, faz, de que seu próprio gerente de posto firmou os recibos.

A partir dessa confissão, a autora chama para si o ônus de demonstrar que essa divergência de datas procede.

Provas nesse sentido, entretanto, não há, com o devido respeito.

Em resumo, a causa se arrasta há cinco (05) anos, durante os quais a autora combateu zelosamente no interesse de suas postulações, o que pode ser conferido a partir dos incidentes processuais e interposição de recursos, deixando, todavia, de providenciar o que, com o máximo respeito, mais importava à solução da causa, que é a prova de que as duplicatas foram emitidas sem lastro comercial.

Ao contrário, o que se viu durante a instrução foi que os recebimentos nas notas fiscais não constam de meros “rabiscos” (sic.), mas de assinatura de funcionário que integrava seus quadros, o gerente do posto, Sr. *Washington Januário de Laia*.

A ação é, portanto, improcedente, cumprindo à autora arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

A ré reclamou, num suposto pedido contraposto, haja condenação da autora como litigante de má-fé, o que, a despeito do quanto acima se reconheceu, não é permitido pela prova dos autos, que não indica tenha havido dolo da autora em alterar a verdade dos fatos, atento à tese da divergência das datas antes analisada.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 22 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**